

8. PROJETO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Submete-se à apreciação o Projeto do Código Regulamentar do Município de Braga a fim de o submeter a consulta pública.



Proposta

Os municípios devem, cada vez mais, garantir que o exercício das suas competências, quer enquanto prestadores de serviços públicos ao cidadão, quer como intervenientes no exercício de atividades de iniciativa privada, esteja devidamente definido em normas claras e precisas.

Para tanto, impõe-se que assumam o papel de edificar um quadro regulamentar, que refletindo as opções municipais, seja coerente, sistematize e integre as diversas áreas de atuação junto dos cidadãos e, sobretudo, minimize os encargos administrativos desnecessários.

Neste sentido, os municípios de Braga, Bragança e Vila Real, em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte encetaram, em dezembro de 2014, um “Projeto Piloto de Sistematização Regulamentar”, que se concretiza na presente proposta de Código Regulamentar do Município de Braga.

Este projeto desenvolveu-se ao longo de 2015 e envolveu um intensivo e exaustivo trabalho com as diferentes unidades orgânicas dos respetivos municípios, tendo em vista a melhoria das normas já existentes, a criação de novas normas para áreas em que se detetou a existência de lacunas e a eliminação daquelas que se demonstravam desadequadas ou mesmo obsoletas.

Em simultâneo, a sistematização regulamentar aproveitou as diversas alterações legislativas, em particular, as decorrentes da iniciativa de simplificação e agilização dos regimes de licenciamento (Licenciamento Zero) e de condicionamento prévio ao acesso e ao exercício de atividades, nomeadamente em sede de urbanização e edificação e, mais recentemente, ao nível do regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, que, por si, já impunham a adequação das normas regulamentares aos novos regimes jurídicos.

A presente proposta de Código Regulamentar do Município de Braga sistematiza, deste modo, num único documento todos os regulamentos municipais em



vigor com eficácia externa, excluindo-se, pela sua autonomia e especificidade, o Regulamento do Plano diretor Municipal de Braga.

Na conceção deste documento, optou-se pela adoção de um modelo aberto de Código, organizado por grandes áreas temáticas, como sejam o urbanismo e o ambiente, a gestão do espaço público e a regulação municipal do exercício de atividades económicas, a concessão de apoios, a disposição de recursos e equipamentos municipais, fiscalização e contra ordenações municipais e, ainda, as taxas e outras receitas municipais, constituídas em Partes, designadas por letras, de forma a permitir que as alterações que, ao longo do tempo, venham a ser introduzidas em cada uma delas não se repercutam nas demais.

A presente proposta de Código Regulamentar constitui, consequentemente, um instrumento crucial no exercício do atual poder regulamentar municipal do qual beneficiam, em primeira linha, os cidadãos, na medida em que, ao compilar-se num único documento as dispersas e por vezes incoerentes disposições regulamentares, se lhes torna mais fácil, através do Código, o acesso e a identificação das regras porque se regem as suas relações com o município, favorecendo-se, deste modo, uma maior transparência e segurança jurídica nestas relações.

Mas do qual beneficia, igualmente, o Município que, por via da presente codificação, passa a usufruir de uma visão integrada do universo regulamentar que, naturalmente, lhe permite imprimir um maior racionalidade e coerência na definição desse quadro regulamentar, na sua aplicação e na evolução futura.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e para efeitos de aprovação do Projeto do Código Regulamentar do Município de Braga, pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se submeter o presente Projeto do Código Regulamentar a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da



República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.

O Presidente da Câmara Municipal



Informação

Assunto: Código Regulamentar

Braga, 10 de fevereiro de 2016.

Exmo. Sr. Presidente:

Concluída a fase de conceção do Projeto do Código Regulamentar do Município de Braga, cumpre, agora, submeter o Projeto a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Conforme vem sendo referido, o Projeto do Código Regulamentar que agora apresentamos sistematiza, num único documento, todos os regulamentos municipais em vigor com eficácia externa, excluindo-se, pela sua autonomia e especificidade, o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga.

O Projeto do Código Regulamentar desenvolveu-se ao longo do ano de 2015, em colaboração com a CCDR-N e os Municípios de Bragança e Vila Real, e envolveu um intensivo e exaustivo trabalho tendo em vista a melhoria das normas regulamentares existentes, a criação de novas normas para áreas em que se detetou a existência de lacunas e a eliminação daquelas que se demonstravam desadequadas ou obsoletas.

Não obstante, tal como melhor desenvolvemos no Preâmbulo do Código, importa salientar, que alguns dos regulamentos incluídos no presente trabalho, não foram objeto da revisão que desejaríamos, mas somente de uma superficial adequação à estrutura do Código. Incluem-se nestes, os regulamentos constantes da Parte C - Ambiente (Resíduos Sólidos e Limpeza Pública, Espaços Verdes e Animais), que, sendo matéria da competência da AGERE, apesar de se encontrarem desadequados face à legislação atual na matéria, foi entendido que iriam, num futuro próximo, ser objeto de revisão profunda, pelo que, se



optou por manter no Código as normas atualmente em vigor no Município, que posteriormente, poderão ser objeto de substituição.

Também os Títulos H2 e H3, respeitantes à Taxa Municipal de Urbanização e Taxa Especial de Urbanização, e às Compensações pela não cedência de terrenos para equipamentos e espaços verdes públicos, decorrente da aprovação de operações urbanísticas, se manteve tal como a atualmente em vigor.

Dai a opção por um modelo aberto de Código, organizado por áreas temáticas, constituídas em Partes, designadas por letras, de forma a permitir que as alterações que, ao longo do tempo, se demonstrem necessárias e adequadas, venham a ser introduzidas em cada uma das Partes, sem se repercutirem nas demais.

Sugerimos, assim, que se submeta o Projeto do Código à próxima Reunião do Executivo Municipal, para abertura do período de consulta pública, para o que, enviamos, em anexo, Proposta a ser subscrita pelo Sr. Presidente, se assim o entender.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Bernardo

Ana Bernardo

Técnica Superior, Jurista.

Caro. Remeto ao
Sr. Presidente para que
submeta a proposta
anexo e receba a
resposta do Executivo
Municipal.

O Conselho Municipal,
propôs iniciado há cerca de um ano,
está alinhado, ainda que um ou ou-
tros representantes nos dêem, pelas razões
apontadas pelo Sr. Ana Bernardo, que foi
a responsável e reitoria deste conselho
fez o seu.

10/10/2016

2

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Caro.

16.02.10